

1.1. Jurisdição e Processos Constitucionais

A linha de pesquisa Jurisdição e Processos Constitucionais é constituída por pesquisadores que desenvolvem pesquisas, debates e reflexões críticas, teóricas ou empíricas, com foco nas seguintes temáticas: direito estrangeiro, direito comparado e sua cientificidade; vertentes ideológicas do constitucionalismo moderno-contemporâneo, constitucionalismo global, processos constitucionais e mudanças em tempos de crise, hiato constitucional, poder constituinte e jurisdição constitucional, sistema multiportas de solução de disputas, garantias constitucionais do processo, mandado de segurança, Fazenda Pública em juízo, litigância de massa ou repetitiva, litigância responsável, segurança jurídica, estabilidades processuais e direito intertemporal. Desta forma, os projetos de pesquisa da linha investigam:

- A dimensão teórica aplicada sobre os estudos da constituição e do constitucionalismo nos campos de pesquisa que envolvem a ideologia constitucional e as vertentes ideológicas do constitucionalismo moderno-contemporâneo;
- O contexto histórico e social da constituição com estudos aplicados sobre sua época constitucional, sistemas jurídicos e historicidade das instituições sociais;
- A transversalidade da legislação comparada ao direito comparado alinhando constitucionalismo democrático e justiça constitucional, Estado moderno e Estado contemporâneo, jurisdição constitucional e corrente contramajoritária;
- Constitucionalismo global, processos constitucionais e mudanças constitucionais em tempo de crise do Estado de Direito cuja vertente de análise está centrado no campo do direito constitucional e da ciência política, a partir do estudo da dogmática conceitual e empírica de fenômenos contemporâneos que se decantam nos sistemas democráticos e regimes políticos como: o processo de constitution-making e as influências do constitucionalismo, poder constituinte híbrido, populismos, autoritarismos, militarismo e militarização, concepção da teoria da separação dos poderes, estado de exceção e crises dos sistemas democráticos.
- A Fazenda Pública em juízo e o sistema multiportas de solução de disputas : arbitragem, mediação e negociação com o Poder Público . O julgamento de casos repetitivos. O mandado de segurança.
- Os procedimentos e as técnicas processuais . Procedimento comum e procedimentos especiais. Rigidez e flexibilidade procedimental . A segurança jurídica e o direito processual. Direito intertemporal, coisa julgada e estabilidades processuais.